

## - OBJETIVO

Este procedimento tem o objetivo de descrever as seguintes sistemáticas:

- Sistemática de prestação de serviço em classificação fiscal;
- Sistemática de classificação fiscal de mercadorias;
- Sistemática de capacitação e treinamento dos consultores da RGC;
- Sistemática de Auditoria Interna de classificação fiscal.

## - DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1 – Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado.

2.2 – Tarifa Externa Comum (TEC).

2.3 – Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH).

2.4 – Ementário de Processos de Consulta de Classificação de Mercadorias da Receita Federal.

## - DEFINIÇÕES

Merceologia: parte da Ciência do Comércio que trata em especial da compra e venda, e estuda a classificação e a especificação das mercadorias.

## - DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA

### – Sistemática de prestação de serviço em classificação fiscal

A RGC é uma empresa de Consultoria e Engenharia que presta serviço de assessoria técnica em assuntos relacionados à classificação fiscal de mercadorias para fins de planejamento tributário.

A prestação deste serviço pela RGC pode ser feita de duas maneiras distintas:

- *Nas dependências do cliente* – todo o trabalho de classificação fiscal de mercadorias é realizado internamente no cliente, utilizando as suas ferramentas internas (sistemas informatizados e bancos de dados) e documentação técnica (desenhos, especificações, etc).
- *Nas dependências da RGC* – neste caso todo o trabalho de classificação fiscal de mercadorias é realizado na RGC, ficando a cargo do cliente o envio da documentação técnica necessária.

Como cada cliente possui particularidades em sua sistemática de trabalho de classificação fiscal de mercadorias, a RGC emite um documento específico, denominado Instrução de Trabalho, a fim de registrar e, conseqüentemente, poder treinar os seus consultores nas rotinas exigidas em cada empresa.

## – Sistemática de classificação fiscal de mercadorias

Os passos a serem seguidos no momento da realização da classificação fiscal são os abaixo:

- a) – Determinação das características essenciais da mercadoria, através da análise da documentação técnica fornecida pelo cliente. Entende-se como documentação técnica, desenhos, especificações técnicas, “*data-sheet*”, catálogos técnicos e comerciais, e outros documentos que auxiliem o consultor na identificação da mercadoria a ser classificada. Nos casos em que a documentação técnica disponível não for suficiente, o consultor pode solicitar informações adicionais ao engenheiro responsável pela mercadoria, através do correio eletrônico (e-mail), a fim de garantir que estas informações sejam acessíveis, em eventuais questionamentos do cliente, bem como da Receita Federal do Brasil.
- b) – Geração da descrição técnica completa, de tal forma que identifique e caracterize o produto.
- c) – Determinação da classificação fiscal (com base na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM) e, caso sejam aplicáveis, do “Ex-tarifário”, da nomenclatura de valor aduaneiro e estatístico (NVE) e do enquadramento em destaque, através da Tarifa Externa Comum (TEC) e com base nas Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado, Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH) e Ementário de Processos de Consulta de Classificação de Mercadorias da Receita Federal.

**NOTA:** Para a determinação da classificação fiscal e dos demais atributos descritos no item c) acima, a RGC utiliza a Tarifa Externa Comum (TEC) eletrônica, comercialmente conhecida como TECWIN, da empresa Aduaneiras.

## – Sistemática de capacitação e treinamento dos consultores da RGC

Para ser um consultor da RGC, o profissional deve possuir, no mínimo, o perfil mostrado na matriz de atribuições abaixo:

| Perfil a ser atendido pelo consultor |                   |                                     |                                   |                    |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|
| Área de formação                     | Formação completa | Experiência em classificação fiscal | Experiência profissional anterior | Língua estrangeira |
| Engenharia                           | Sim               | Desejável                           | Não                               | Leitura em inglês  |
| Técnico                              | Sim               | Desejável                           | Mínimo 05 (cinco) anos            | Leitura em inglês  |

Após ser contratado, o consultor é submetido, no mínimo, a 01 (um) mês de treinamento em classificação fiscal de mercadorias, ministrado por consultores mais experientes.

Até completar 06 (seis) meses de experiência, todo o trabalho de classificação fiscal de mercadorias do consultor é supervisionado pelo consultor líder do projeto, com intuito de corrigir possíveis erros e reforçar conceitos passados no treinamento inicial.

Os consultores eventualmente participam de treinamentos e reuniões externas sobre classificação fiscal e legislação vigente, em empresas privadas (como por exemplo, Aduaneiras) e órgãos de classe (CIESP/FIESP).

## – Sistemática de Auditoria Interna de classificação fiscal

Além do treinamento inicial em classificação fiscal de mercadorias, conforme descrito no item anterior, é realizada também a auditoria interna dos itens que foram classificados ao longo dos trabalhos de revisão e de manutenção de banco de dados.

A auditoria interna deve ser realizada, no máximo, a cada 03 (três) meses, e relacionada na Relação de Reuniões de Reciclagem em Classificação Fiscal.

O Engenheiro responsável pela auditoria interna deve seguir o roteiro abaixo:

- 1) Solicitar o banco de dados com os itens classificados no cliente, via web ou internos à RGC.
- 2) Classificar os produtos pela NCM, em ordem crescente, para auditar conforme a ordem de capítulos da Tarifa Externa Comum (TEC-SH).
- 3) Extrair uma amostra de itens para auditoria, com base na Norma ABNT NBR 5426 e conforme tipo de produto, dando prioridade para:
  - Itens produtivos, produtos finais e componentes;
  - Matéria-prima;
  - Máquinas / equipamentos do processo produtivo;
  - Equipamentos para controle de processo;
  - Itens não produtivos;
- 4) Solicitar documentação técnica para verificação da descrição, enquadramento tarifário (NCM), NVE e Ex-tarifário, se aplicáveis, que foram definidos durante os trabalhos de manutenção ou revisão dos produtos.
- 5) Verificar a homogeneidade / heterogeneidade de descrição dos itens similares.
- 6) Separar os itens idênticos com descrições distintas, e também, os que apresentem potencial inadequação de classificação fiscal (NCM).

- 7) Discutir em reuniões (“*workshop*”) de reciclagem em classificação fiscal, com os demais engenheiros da RGC, as potenciais inadequações de descrição e de classificação fiscal (NCM). O conteúdo das reuniões deve ser registrado no Relatório de Reunião de Reciclagem em Classificação Fiscal.

Nota: Os relatórios da Reunião de Reciclagem em Classificação Fiscal são estritamente confidenciais, pois contêm assuntos que envolvem conhecimento técnico de produtos de clientes e resultam em entendimentos próprios da RGC, no tocante às Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado, Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH) e Ementário de Processos de Consulta de Classificação de Mercadorias da Receita Federal.

- 8) Elaborar e divulgar boletim técnico com os resultados obtidos nas reuniões (“*workshop*”).
- 9) Elaborar relatório mostrando os pontos positivos e os pontos que necessitam de melhorias nos trabalhos de manutenção e revisão de banco de dados de classificação fiscal.
- 10) Implantar as melhorias apontadas para os trabalhos de manutenção e revisão de banco de dados de classificação fiscal.
- 11) Efetuar acompanhamentos (“*Follow-up*”) das ações em implementação.